

**Texto de Apoio**

**Medição da Desigualdade e da Pobreza**

O objetivo da presente nota é apresentar, de forma muito breve, algumas das medidas que habitualmente são aplicadas para medir a desigualdade na distribuição do rendimento e a pobreza, dois fenómenos de crucial importância para a obtenção de uma visão mais detalhada sobre a distribuição do rendimento, que complemente a leitura simplificada realizada através do rendimento *per capita*.

1. **Opções metodológicas prévias**

Antes de quantificar os 2 fenómenos, é necessário que sejam realizadas algumas escolhas no plano metodológico. Nomeadamente, é necessário atender a 4 aspetos:

1. Indicador de recursos
2. Unidade demográfica
3. Escalas de equivalência
4. Ponderação da unidade demográfica

Vejamos cada um deles.

* Indicador de recursos

A este nível, a principal escolha faz-se entre a riqueza e o rendimento. Apesar de a primeira opção ser tida por mais adequada, a escolha recai, normalmente, por questões de disponibilidade de informação, sobre o rendimento.

Neste contexto, é preciso ainda escolher entre rendimento monetário (que exclui outras fontes de rendimento não passíveis de serem valorizadas monetariamente, designadamente os rendimentos em espécie como o auto-consumo, o auto-abastecimento e a auto-locação) ou o rendimento total. Naturalmente, podem também ser usados os 2 conceitos e testada a sensibilidade dos resultados.

* Unidade demográfica

Neste caso, a opção metodológica coloca-se entre o indivíduo e o agregado, sendo que os estudos nesta área tendem a privilegiar as unidades de observação agregadas em detrimento da seleção do indivíduo.

As transformações nas estruturas das sociedades ocorridas nas últimas décadas têm conduzido à progressiva utilização do agregado doméstico privado (ADP) como unidade de observação estatística preferível. Este conceito assemelha-se ao termo inglês household, incluindo também indivíduos que residem na mesma habitação apesar de não fazerem parte da família nuclear.

* Escalas de equivalência

O facto de se usar, para efeitos de medição, o rendimento dos agregados coloca uma dificuldade adicional: como comparar agregados de diferentes dimensões e composições? Como é fácil perceber, estes têm necessidades distintas pelo que o rendimento necessário para alcançarem um nível de bem-estar equivalente é também ele distinto.

A solução para esta questão implica corrigir o rendimento dos agregados mediante a utilização de escalas de equivalência.

A ideia base consiste em calcular o número de adultos equivalentes de cada agregado, ajustando depois o rendimento do agregado, como seguidamente se apresenta.

Suponhamos que o agregado h tem rendimento yh e é composto por nh indivíduos, a que correspondem rh adultos equivalentes. O rendimento equivalente (ou por adulto equivalente) pode obter-se como:

**Rendimento equivalente (ye)h = yh/rh**

Esta medida é um refinamento ao conceito de rendimento *per capita* no agregado na medida em que toma em devida conta a existência de economias de escala geradas pela vida e habitação em comum (ignorando, contudo, a desigualdade intra-agregado).

A escala de equivalência mais utilizada a nível europeu é a escala modificada da OCDE, a qual atribui um peso de 1,0 ao primeiro adulto, 0,5 para cada um dos restantes adultos do agregado e 0,3 para cada jovem com menos de 14 anos de idade.

Exemplo: um agregado com 2 adultos e 2 filhos (um com 17 anos e outro com 12) terá 1+ 0,5 + 0,5 +0,3 = 2,3 adultos equivalentes.

* Ponderação da unidade demográfica

A última escolha metodológica a realizar prende-se com a escolha do número de unidades receptoras de um dado rendimento. A escolha habitual consiste em ponderar o rendimento equivalente pelo número de indivíduos existentes no agregado. Assim, por exemplo, a um agregado composto por cinco indivíduos corresponde a observação de cinco rendimentos equivalentes.

1. **Medição da desigualdade**

Existem na literatura várias medidas passíveis de aplicação para a quantificação da desigualdade. Uma das mais comuns é o conhecido índice de Gini.

Outras medidas incluem os *income share ratios*, visando comparar a proporção do rendimento total auferido pelos *x%* da população com maiores rendimentos e a parte recebida pelos *x%* de menores rendimentos. Valores frequentes para *x* são 5%, 10% e 20%.

O principal mérito deste tipo de indicadores – e a razão para a sua grande popularidade prende-se com a sua enorme facilidade de cálculo e de interpretação. Por seu lado, a omissão da informação referente aos indivíduos de rendimento intermédio é uma limitação assinalável.

1. **Medição da pobreza**

**C.1) Linhas de pobreza**

Para além das opções metodológicas prévias – que vimos em A) –, as quais são comuns à análise da desigualdade e da pobreza, é necessário ainda realizar uma última opção metodológica. Esta aplica-se, todavia, apenas à avaliação da pobreza. Trata-se da definição da linha de pobreza. Nesse âmbito, a principal opção metodológica consiste na escolha entre uma linha de pobreza absoluta ou relativa. No primeiro caso, o limiar de pobreza é definido sem referência ao padrão de vida existente na sociedade. No segundo, pelo contrário, essa referência é considerada.

Várias linhas internacionais de pobreza têm sido propostas na literatura, tendo por base as concepções de pobreza absoluta. As duas linhas de pobreza propostas pelo Banco Mundial gozam, neste contexto, de grande popularidade, dada a sua conveniência e simplicidade. A primeira estabelece que se vive em estado de pobreza absoluta com um rendimento médio *per capita* abaixo de 2 USD/dia (em dólares americanos PPC de 1985). A segunda fixa o estado de indigência ou pobreza extrema em 1 USD/dia (em USD PPC de 1985).

As linhas de pobreza relativa podem ser definidas em relação ao rendimento médio, mediano ou o correspondente a uma determinada proporção da população (e.g. o primeiro decil ou quintil). Um limiar de pobreza relativo depende, portanto, da distribuição global do rendimento (ao contrário de um limiar de pobreza definido em termos absolutos) e, como tal, varia ao longo do tempo e entre espaços económicos, sendo tanto mais elevado, quanto maior for o rendimento de referência A escolha mais comum é o rendimento mediano. Ao nível da União Europeia, uma opção recorrente consiste na consideração de uma linha correspondente a 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

**C.2) Indicadores de pobreza**

Definida uma linha de pobreza, a quantificação da pobreza passa pela quantificação das principais características do fenómeno. As dimensões teóricas da pobreza são tradicionalmente resumidas nos três **I**’s da pobreza: (i) a incidência da pobreza (***I****ncidence*); (ii) a intensidade (***I****ntensity*); (iii) a severidade ou desigualdade de rendimentos entre os pobres (***I****nequality among the poor*). As diferentes dimensões do fenómeno são usualmente captadas, de forma isolada, através de 3 indicadores de pobreza.

A mais simples e mais usada medida de pobreza é a taxa de pobreza (*headcount ratio*, *H*):

$H=\frac{q}{n}$

em que *q* é o número de pobres (ou seja, número de indivíduos com rendimento abaixo da linha de pobreza) e *n* a população total. Este indicador mede, portanto, a proporção dos indivíduos classificados como pobres no total da população. O mérito principal desta medida é sua facilidade de cálculo e de leitura. Contudo, *H* apenas capta a incidência da pobreza, sem ter em consideração as outras dimensões do fenómeno (intensidade e severidade). *H* pode variar entre zero (*ninguém é pobre*) e um (todos são pobres) e depende, naturalmente, da linha de pobreza exogenamente definida.

Uma segunda medida de pobreza é o *gap* de pobreza (*income gap* *ratio*, *I*), dada por:

$I=\frac{1}{q}\sum\_{i}^{q}\left(\frac{z-y\_{i}}{z}\right)$

em que *yi* representa o rendimento (equivalente) do membro *i* de uma população constituída por *n* indivíduos, dos quais *q* são pobres, i.e. cujo rendimento se encontra abaixo da linha de pobreza monetária ($y\_{i}<z$).

Este indicador corresponde ao desvio médio relativo de rendimento da população pobre, fornecendo informação sobre a intensidade da pobreza. Esta medida é porém insensível à incidência da pobreza. O valor de *I* pode variar entre zero (ninguém está abaixo da linha de pobreza) e um (todos os pobres têm rendimento nulo).

Uma terceira medida de pobreza, a qual procura atender à desigualdade existente entre os pobres, é o coeficiente de Gini aplicado, especificamente, aos rendimentos da população pobre (*Gq*). Alternativamente, pode calcular-se uma outra medida, obtida elevando ao quadrado os gaps de pobreza dos vários indivíduos. Desta forma, está-se a dar mais peso aos indivíduos mais pobres, captando a questão relacionada com a severidade da pobreza.